

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90074/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 7.215/2025

OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual **CONTRATAÇÃO** de empresa especializada para prestar serviço de Esterilização por Óxido de Etileno, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I.

STERIMED CEDRAL SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO LTDA, CNPJ 08.428.051/0001-20, com sede na Rua Cabo Verde, 443, Jardim do Cedro, Cedral/SP CEP 15.897-154, neste ato representada por sua sócia administradora, Sra. *NILZA DE FÁTIMA ANDRETA COSTA*, portadora do RG 18.555.069-1-SSP/SP e CPF 098.355.908-26, vem, com o devido respeito à presença de Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Edital do Pregão Eletrônico identificado em epígrafe, com fundamento na nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), e item 25. do Instrumento Convocatório, pelas razões de fato e de direito adiante aduzidas:

1. RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, está promovendo licitação na modalidade Pregão Eletrônico objetivando a *“REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa especializada para prestar serviço de Esterilização por Óxido de Etileno, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I”*.

Entretanto, da leitura do teor do edital, verificou-se que o certame traz consigo exigências restritivas injustificáveis, ilegais e contraditórias, que ferem princípios constitucionais, vez que prejudicam a competitividade característica dos processos

licitatórios que visam alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, razão da presente impugnação que tem a finalidade de obter:

- Exclusão das exigências indevidas constantes no Edital e Termo de Referência, que em seu objeto refere a exigência da esterilização pelo método a Óxido de Etileno.
-

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa especializada para prestar serviço de Esterilização por Óxido de Etileno, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, pelo período de 01 (um) ano.

Devido a isto, tem-se que o disposto acima fere o processo licitatório em seu princípio mais básico norteado pela Lei de Licitações, que é o da AMPLA PARTICIPAÇÃO do maior número de licitantes, e os referidos apontamentos afrontam às normas que regem o procedimento licitatório, como será demonstrado.

Nesse sentido, necessária se faz a presente impugnação, de modo a se evitar a materialização de atos que possam macular a legalidade do certame.

2. DO DIREITO

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 37, XXI, que:

*“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante **processo de licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**”*

Assim, ao analisar o edital em liça, nota-se que é obrigatório que a limitação da igualdade de condições dos concorrentes decorra de exigências de ordem técnica, essenciais ao cumprimento das obrigações, o que não se verifica no presente caso.

2.1 Exclusão das exigências indevidas constantes no Edital e Termo de Referência, que em seu objeto refere a exigência da esterilização pelo método a Óxido de Etileno.

Por meio da exigência de que o método de esterilização a ser utilizado para a esterilização de materiais termossensíveis, que não suportam o calor, seja o apenas o óxido de etileno, percebe-se a exigência indevida constante no Edital e Termo de Referência ora impugnado, não decorre de razões técnicas, sendo ilegal a referida limitação.

Nesse sentido, a Lei nº 14.133/2021 determina que:

Lei nº 14.133/2021

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

Indo além, o artigo 9º, da Lei nº 14.133/2021, por sua vez, é expresso ao vedar que seja admitido, previsto, incluído ou toleradas, pelo agente público designado para atuar na área de licitações e contrato, as seguintes situações:

Lei nº 14.133/2021

*Art. 9º **É vedado** ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:*

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar,

situações que:

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;***
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;***
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;***

Note-se que a condição exigindo que o método de esterilização seja por Óxido de Etileno fere claramente o dispositivo legal citado, visto haver outros métodos passíveis de ser utilizado para a esterilização de materiais termossensíveis, como o Vapor Saturado a Baixa Temperatura (VBTF) e o Peróxido de Hidrogênio.

De bom alvitre salientar que a restrição da competitividade do certame é condição reconhecidamente causadora de danos aos cofres públicos pois, em regra, fomenta contratações por valores superiores aos necessários, situação caracterizadora de responsabilidade administrativa e criminal dos agentes públicos envolvidos no processo de contratação, principalmente quando alertados, situação a ensejar a exclusão da alegação de falta de dolo, requisito excludente de ilicitude penal para fins até mesmo da Lei de Improbidade Administrativa.

Além disso, a exigência de condição que é impertinente ou irrelevante para o objeto da contratação, que em nada é motivo de diferenciação na execução dos serviços, caracteriza-se direcionamento e verdadeira condição restritiva da competitividade da licitação.

Conforme exposto, a exigência da exclusividade do método de esterilização por óxido de etileno, em detrimento de outras comprovadas e eficazes tecnologias, deve ser retirada do edital.

Dessa forma, o edital deve ser retificado no que diz respeito a tal exigência, pois a restrição da competitividade do certame e consequente limitação dos participantes pode causar considerável dano ao erário, caracterizado como ato de improbidade administrativa pela legislação vigente.

Importante frisar que referida restrição, flagrantemente ilegal, impede a participação de várias empresas licitantes e, destarte, deve ser fator de anulação da licitação e responsabilização dos agentes públicos envolvidos caso não se proceda à retificação do edital, uma vez que a restrição da competitividade pode ensejar prejuízos ao erário e configurar ato de improbidade administrativa.

Ademais, além de garantir o alcance da proposta mais vantajosa, restou-se demonstrado que o processo licitatório visa garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, o qual pretende firmar a impossibilidade de tratamento desigual injustificado.

Com efeito, importante trazer a baila a magnífica lição do eminente professor Celso Antonio Bandeira de Mello sobre o princípio da igualdade nas licitações, *in verbis*:

“O princípio da igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. É o que prevê o já referido art. 37, XXI, do Texto Constitucional.

Aliás, o § 1º do art. 3º da Lei 8.666 proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório (...).”

Nossos Tribunais, em perfeita consonância com o estabelecido na legislação vigente, vêm reiteradamente decidindo no sentido de ser expressamente proibido que o Edital estabeleça disposições que frustrem ou restrinjam seu caráter competitivo, conforme se infere, por exemplo, dos autos do Tribunal de Contas do

Estado de São Paulo números 274/002/09, 275/002/09, 276/002/09, 279/002/09, 300/002/09, 301/002/09, 323/002/09, 326/002/09, dentre outros.

Nestes termos, entende-se que o pedido de retificação do edital justifica-se, também, pela necessidade de garantia do princípio da isonomia, proporcionando, diante da inexistência de razões de ordem técnica, as mesmas condições de participação no certame para empresas que ofereçam métodos de esterilização a baixa temperatura, para a esterilização de materiais termossensíveis, como o Vapor Saturado a Baixa Temperatura (VBTF), regulamentado pela RDC 652 de 24 de março de 2022; e o Peróxido de Hidrogênio.

A Sterimed trabalha com o processo de esterilização físico-químico a baixa temperatura e Formaldeído há mais de 22 (vinte e dois) anos. Pertinente informarmos que, os editais para a prestação deste serviço são gerados devido as unidades de saúde não possuírem capacidade de processamento frente a demanda e/ou a tecnologia necessária disponível para o processamento destes produtos termossensíveis.

É notório que a esterilização por meio de autoclavação com o uso do vapor d'água a alta temperatura é o meio mais salubre e indicado, porém devido a conformidade e composição de muitos produtos para saúde serem sensíveis ao calor, os mesmos seriam danificados se expostos a altas temperaturas (produtos termossensíveis), sendo necessária a aplicação de um processo com a inclusão de um agente esterilizante para a promoção da esterilização em baixa temperatura.

Para isto, existem duas principais tecnologias, o método por VBTF (Vapor a Baixa Temperatura e Formaldeído) de maior segurança e agilidade no processo; e o método por ETO (óxido de etileno), sendo este O PRIMEIRO MÉTODO DESCOBERTO para a finalidade de esterilização a baixa temperatura, sendo porém, um método com grande geração de resíduos tóxicos ao meio ambiente, maior tempo de processo e de desabsorção do agente esterilizante, ocasionando consequentemente riscos e aumento ao custo do processo.

Por terem grandes câmaras de esterilização, o método que emprega óxido de etileno como agente esterilizante é considerado melhor escolha dos fabricantes que dispõem de grandes tempos para a esterilização dos produtos NOVOS, o que não ocorre com os hospitais que conta com a imediata devolução dos materiais esterilizados.

O método por VBTF, por questões ecológicas e de segurança aos manipuladores e usuários dos produtos para saúde processados, além da economicidade e maior agilidade no processo faz ser a melhor opção, o mesmo passa a ser incontestável quanto sua eficácia e segurança, devendo, portanto, ser considerado nos editais licitatórios.

Diante do exposto, faz se interessante que o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO não opte unicamente pelo método de esterilização óxido de etileno, direcionando e considerando este como o único método de esterilização a baixa temperatura viável, limitando assim a concorrência entre outras empresas que não são optantes ao óxido de etileno.

Assim, solicitamos a inserção de outros métodos no edital, objetivando não a escolha de um método em detrimento de outros, e sim a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO PARA MATERIAIS TERMOSSENSÍVEIS**.

Não faz sentido não elencar um método que tem similaridade na segurança e eficácia, não é prejudicial ao meio ambiente, nem aos funcionários e aos usuários, além de provocar a concorrência entre outras empresas, com a possibilidade de ocasionar grande economia para a Instituição.

Ressaltamos, diante a tudo que foi exposto, considerando a regularidade, legalidade, segurança do ponto de vista microbiológico e toxicológico do método de esterilização VBTF, sua ampla utilização e a economia que proporciona, rogamos a vossa excelência medidas que ocasionem a abertura do pleito sem o enfoque a uma única metodologia de esterilização e sim para os fins de fato que esta tenha como objetivo, que é o caso da **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO PARA MATERIAIS TERMOSSENSÍVEIS**, dando abertura para ambos os processos de esterilização a baixa temperatura.

Ressaltamos ainda que o Governo do Estado de São Paulo, no edital do UGA III – Hospital Infantil Darcy Vargas, Edital de Pregão Eletrônico nº 170-2020, Processo SES-PRC– 2020/17567, Oferta de Compra nº 090162000012020oc00427, considerou outros métodos de esterilização em seu objeto de contratação, a saber: “a *prestação de serviços de esterilização e reesterilização e/ou reprocessamento de artigos médicos hospitalares pela tecnologia de VBTF - vapor de baixa temperatura e formaldeído e/ou oxido de etileno, em acordo com as normas vigentes e RDC 15*”, permitindo a ampla concorrência. Tem-se ainda o Governo Federal do Rio de Janeiro, por meio do Hospital Federal da Lagoa, teve seu edital de Pregão Eletrônico Nº 02/2019, Processo Administrativo n.º 33408.449923/2017-99, com objeto da licitação “A *contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de Esterilização a baixa temperatura de produtos para saúde passíveis de reuso, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades do Hospital Federal da Lagoa conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos*”; bem como o Instituto Nacional de Cardiologia do Rio de Janeiro, pelo Pregão Eletrônico Nº 51/2021, Processo Administrativo nº 33409.008639/2020-51, que teve seu objeto da licitação “a *contratação de serviços de empresa especializada prestação continuada de serviços de esterilização e reprocessamento de artigos hospitalares termossensíveis por meio de processos regulamentados e autorizados pela ANVISA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos*”; e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por meio do Pregão Eletrônico PE-RP SMS 026/18, Processo Administrativo 09/001.941/2016, que teve como objeto da contratação a “*Prestação de Serviços de Reprocessamento de artigos hospitalares termossensíveis, sob o regime de empreitada por preço global*”; não enfocando apenas um método em detrimento do outro.

E assim sendo, visando expurgar as ilegalidades e retificar as incongruências verificadas no edital, **FICA IMPUGNADA** a previsão constante no **objeto do Edital**, referente exigência do uso do método de esterilização a Óxido de Etileno.

Nos termos em que pede deferimento.

Atenciosamente,

Cedral-SP, 07 de julho de 2025.



STERIMED CEDRAL SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO LTDA.

CNPJ nº. 08.428.051/0001-20

Nilza F. Andreta Costa

CPF: 098.355-908-26

Sócia Administradora